

A reconstrução racional do programa de pesquisa sobre o racionalismo clássico: Locke e a vertente empirista

The rational reconstruction of the research program on classic rationalism: Locke and the empiricist approach

José Raymundo Novaes Chiappin¹
Universidade de São Paulo

Carolina Leister²
Fundação Getúlio Vargas

RESUMO: Este artigo pretende reconstruir racionalmente a teoria do conhecimento de Locke enquanto incorporado a um programa de pesquisa acerca da natureza e estrutura das teorias e modelos da racionalidade. Sustentamos em artigos anteriores que o programa racionalista pode ser dividido nos subprogramas racionalista clássico, que inclui as teorias do conhecimento de Descartes, Locke, Hume e Kant, neoclássico, com as abordagens de Duhem, Poincaré e Mach, e crítico, de Popper. A subdivisão decorre das diferentes concepções de racionalidade que cada um desses subprogramas apresenta, bem como da caixa de ferramentas disponibilizada por cada um deles e contendo instrumentos teóricos aplicados para enquadrar, organizar e desenvolver a discussão acerca da racionalidade, o principal deles a estrutura de solução de problemas. Neste ensaio nos propomos reconstruir os pressupostos da teoria do conhecimento lockeana, assumida pertencer ao subprograma racionalista clássico por compartilhar com ela a tese da identidade do conhecimento (científico) como conhecimento certo.

Palavras-chave: racionalismo, empirismo, teoria do conhecimento, certeza e verdade, abordagem de solução de problemas.

¹ Professor do Departamento de Economia e Filosofia da Universidade de São Paulo. Av. Luciano Gualberto, 908, FEA - Cidade Universitária, 05508-900, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: chiappin@usp.br.

² Professora da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Rua Itapeva, 474, 12º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: carolina.leister@fgv.br.

ABSTRACT: This article intends to rationally reconstruct Locke's theory of knowledge as incorporated in a research program concerning the nature and structure of the theories and models of rationality. In previous articles we argued that the rationalist program can be subdivided into the classical rationalistic subprogram, which includes the knowledge theories of Descartes, Locke, Hume and Kant, the neoclassical subprogram, which includes the approaches of Duhem, Poincaré and Mach, and the critical subprogram of Popper. The subdivision results from the different views of rationality proposed by each one of these subprograms, as well as from the tools made available by each one of them, containing theoretical instruments used to arrange, organize and develop the discussion on rationality, the main one of which is the structure of solution of problems. In this essay we intend to reconstruct the assumptions of Locke's theory of knowledge, which in our view belongs to the classical rationalistic subprogram because it shares with it the thesis of the identity of (scientific) knowledge and certain knowledge.

Key words: rationalism, empiricism, theory of knowledge, certainty and truth, problem solving approach.

Introdução

O presente artigo se encaixa em uma sequência de artigos que pretende descrever um programa de pesquisa acerca da natureza, estrutura de teorias [modelos] de racionalidade e sua dinâmica. O objetivo desta proposta é indicar que o programa da racionalidade proporciona aplicações importantes na história da filosofia e da ciência, bem como uma maior compreensão da estrutura e dinâmica de diferentes concepções de racionalidade embutidas em concepções e categorias de reflexão filosófica diversas. Esta proposta começou a ser desenvolvida em Chiappin (1989, 1996) e seu equacionamento tem consistido na produção de artigos nos quais visa a reconstruir o programa de pesquisa da racionalidade desde os clássicos do século XVII até a contemporaneidade. Em um primeiro artigo (Chiappin, 1996), foram apresentados os principais instrumentos teóricos utilizados para enquadrar e conduzir a discussão deste tema, e, depois, tem-se tentado aplicar este instrumental para proporcionar uma reconstrução racional de teorias ou modelos de racionalidade. Nossa proposta, como tem sido apontado na sequência de artigos do qual este faz parte, incorpora as teorias ou modelos da racionalidade no programa de pesquisa da racionalidade. A adoção do aparato metodológico dos programas de pesquisa de Lakatos (1979) mostra-se adequado para propiciar uma melhor compreensão tanto da dinâmica do desenvolvimento e do progresso científico quanto dos modelos de racionalidade e das metodologias a ele associados. Em conjunto com ele, adotamos a Metodologia da Teoria da Ciência (MTC), de Chiappin (MTC) (Chiappin, 1989), como um segundo recurso metodológico que fornece uma estrutura mais refinada para a construção e reconstrução das concepções de racionalidade imbutindo nesta estrutura maior organização e hierarquização de suas teses. A estrutura dos programas de pesquisa de Lakatos captura e distingue dois componentes do programa de pesquisa, um núcleo teórico, contendo seus principais pressupostos, e uma heurística positiva, a qual figura como uma caixa de ferramentas que disponibiliza instrumentos e recursos operacionais das teorias para resolver problemas e tomar decisões. Por conta da MTC de Chiappin, um maior refinamento desta estrutura é admitido, distinguindo, no núcleo teórico, teses de natureza ontológica, que isolam as principais entidades e propriedades do sistema, de natureza epistemológica, restrições à possibilidade e condições do conhecimento, e de natureza axiológica, discriminando fins e valores sustentados

pelo programa, e, na heurística positiva, chamada na MTC de lógica da ciência, uma metodologia e uma metametodologia. Nessa alínea, no programa de pesquisa da racionalidade, três subprogramas são discriminados, quais sejam, o racionalismo clássico, incluindo as concepções filosóficas de teóricos dos séculos XVII e XVIII, particularmente Descartes (1963, 1967, 1973), Locke (1973, 1985), Hume (1972) e Kant (1964, 1988), o racionalismo neoclássico, formulado por cientistas do século XIX, entre os quais Duhem (1962), Poincaré (1908), Mach e os positivistas lógicos, e, finalmente, o racionalismo crítico de Popper (1972), no século XX. Além desses três subprogramas, outro pode ser incorporado a eles, trata-se do racionalismo não criterial de Kuhn (1978), que desenvolve seus trabalhos em uma perspectiva crítica à teoria do conhecimento popperiana, introduzindo uma concepção de racionalidade com condições menos restritivas, queremos dizer, mais flexíveis a serem aplicadas e imputadas ao conhecimento dito científico.

Relativamente ao racionalismo clássico, têm sido defendidas, nesta sequência de artigos, três teses centrais que o caracterizam. A primeira delas afirma que todo conhecimento é conhecimento certo, não sendo deixado espaço epistemológico para proposições prováveis, estas últimas, assim, pertencem ao domínio da opinião e não do conhecimento ou ciência. Este programa racionalista é construído por Descartes. Outro aspecto importante de sua contribuição é que o tema da racionalidade e do conhecimento aparece vinculado à crença na existência e demanda de recursos operacionais, um método enquanto conjunto de regras e critérios, para estabelecer os fundamentos e a realização deste tipo de conhecimento como conhecimento certo. O conhecimento certo é, assim, pretendido ser um resultado de um procedimento racional. Nesta linha, racionalidade, enquanto vinculada à crença na existência de recursos epistemológicos e metodológicos cujo objetivo é operacionalizar os processos de solução de problemas e de decisão – no caso, um processo de decisão conclusiva com respeito à verdade ou falsidade das proposições cognitivas – está fortemente vinculada e relacionada às atividades de conhecer, resolver problemas e decidir. Desta forma, o programa sobre a racionalidade consistirá na investigação e desenvolvimento dos meios para implementar e operacionalizar tais processos de avaliação criterial tanto de solução de problemas quanto de decisão quanto à verdade ou falsidade das unidades semânticas que expressam o conhecimento, unidades estas que, no caso do racionalismo clássico, são as proposições. Trata-se, portanto, de um racionalismo criterial. Uma segunda tese do racionalismo clássico sustenta que o empirismo não deve ser considerado um programa diverso daquele do racionalismo, mas, pelo contrário, como uma de suas vertentes. Nessa perspectiva, o subprograma racionalista clássico incorpora as concepções filosóficas de Descartes, Locke, Hume e Kant, de um lado, mas distingue suas duas vertentes, o intelectualismo de Descartes e Kant, do empirismo de Locke e Hume. Em defesa desta tese, retomamos a primeira tese que sustenta a identidade do conhecimento com o conhecimento certo, o que lhe permite imputar estatuto epistemológico, e separa o conhecimento certo do conhecimento provável, o qual não se reconhece como conhecimento que disponha de tal estatuto, e afirmamos que esta tese é também partilhada por Locke e Hume.

Dada esta tese comum partilhada pelos quatro teóricos, Descartes, Locke, Hume e Kant, sua diferença, contudo, reside na extensão que se atribui ao conhecimento certo. Descartes supunha a existência de cinco áreas às quais pode ser imputado estatuto epistemológico, quais sejam, metafísica, física, medicina, mecânica e a moral (Descartes, 1973, p. 779-780), e as quais Descartes supunha compor um sistema hierarquizado de conhecimento certo. Os objetivos deste programa, para Descartes, eram fazer do conhecimento certo um modelo hierarquizado do conhecimento com os domínios acima mencionados. Este modelo hierarquizado do conhecimento consistia numa concepção reducionista da ontologia, epistemologia

e metodologia. Com a teoria do conhecimento de Locke (1973, 1985), o programa racionalista clássico teve de aceitar a conclusão de que apenas a moral era passível de conhecimento certo. Desta forma, o âmbito do conhecimento, ao qual é imputada a natureza da certeza, é reduzido em sua extensão. A teoria de Locke que se segue daquela de Descartes é responsável pelo primeiro encolhimento desse domínio do conhecimento certo, restringindo a pretensão de Descartes à geometria e à moral. Na esteira de Locke, a teoria do conhecimento de Hume (1972), promove uma redução ainda mais radical do campo de conhecimento certo. A teoria do conhecimento de Hume considera a moral como tendo a mesma natureza da filosofia natural. Ambas dependem, para a legitimidade de suas proposições, da relação de causa e efeito. No entanto, como mostra Hume (1972, p. 59-75), a relação de causa e efeito não proporciona conexões necessárias entre as ideias para compor conhecimento, uma vez que ela mesma depende da experiência. E, em última instância, não há conexão necessária na filosofia natural e, assim, nem moral como conhecimento certo. Portanto, a conclusão do desenvolvimento deste programa, com Hume, é que o domínio do conhecimento não contém nenhuma proposição verdadeira conhecida como certa. Esse domínio é vazio. Não há nenhuma proposição conhecida com certeza, uma vez que as exigências para a operacionalização do conhecimento certo e da racionalidade dependem de métodos que deveriam ser capazes de estabelecer conexões que sejam necessárias e permitam decidir de maneira conclusiva o valor de verdade das proposições. Mas, segundo Hume, nenhum método disponível é capaz de proporcionar essas conexões necessárias exceto o da matemática e da geometria, mas, para Hume, elas não são ciências, pois são formadas de proposições analíticas e não se relacionam com a realidade por meio da noção de verdade como correspondência.

Pode-se, assim, colocar uma terceira e também fundamental tese relativa ao subprograma racionalista clássico. A tese afirma que este programa, com suas teorias do conhecimento, acaba por se degenerar, passando de sua pretensão inicial de abarcar os cinco domínios acima à situação de não restar nenhum domínio com métodos que garantam conhecimento certo e decidibilidade conclusiva acerca dos valores de verdade de suas proposições. Um ponto importante sobre o desenvolvimento do argumento utilizado para sustentar esta última tese é que estamos usando o termo *degenerativo* num sentido menos técnico que aquele que aparece nos trabalhos de Lakatos (1979, p. 144-145) para definir a noção de programa degenerativo. A noção de programa degenerativo adotada aqui se pretende associada à perda da capacidade de resolver problemas dentro daquele enquadramento descrito no núcleo do programa e aplicado por meio de recursos heurísticos. A razão para isso é que há grandes dificuldades para a aplicação literal dos recursos metodológicos associados com esta noção de programa degenerativo, para conduzir nossa argumentação neste tema. Em particular, as diversas noções de hipótese *ad hoc*. Por isso, cabe a advertência de que fazemos uso da inspiração desta noção técnica de programa degenerativo sem, no entanto, a utilizarmos completamente aqui. Ainda assim, pode-se, talvez, com mais cuidado e atenção, fazer um uso completo e bem-sucedido desta metodologia, que é o que se pretende em estudos futuros. Uma vez colocadas essas três teses que caracterizam o racionalismo clássico, tomado aqui como subprograma do programa de pesquisa racionalista mais amplo como temos comentado em nossos outros artigos (Chiappin, 1996; Chiappin e Leister, 2009), o foco recaiu na aplicação do instrumental suprarreferido à reconstrução do núcleo teórico do subprograma de pesquisa racionalista clássico, que incorpora sob uma mesma concepção os projetos da vertente intelectualista e da vertente empirista. O presente artigo pretende proceder à reconstrução racional da teoria do conhecimento de Locke, em particular seus pressupostos de natureza ontológica, axiológica e epistemológica. Em um artigo subsequente, será abordado o instrumental disponibilizado por sua teoria do conhecimento, que operacionaliza seus pressupostos na resolução de problemas gerados no interior do programa.

A vertente empirista: Locke

Como arrolado supra, a proposta aqui desenvolvida pretende reconstruir, conforme outra de nossas teses, a teoria do conhecimento empirista como pertencendo ao projeto racionalista e, portanto, comprometida com a ideia do conhecimento como conhecimento certo e com a crença na existência de um método capaz de proporcionar decisões conclusivas a respeito da verdade e da falsidade das proposições do conhecimento³. As teorias do conhecimento tanto de Descartes quanto Locke procuram investigar a extensão dos domínios do conhecimento certo. Com a teoria empirista, contudo, procura-se por uma teoria do conhecimento diversa daquela de Descartes, sem pressupostos e recursos metafísicos. No contexto desta reconstrução da proposta da teoria do conhecimento empirista de analisar a origem, natureza e extensão do conhecimento, encontramos os recursos para a fundamentação da tese da degenerescência, primeiro com Locke e, então, com Hume. Essa tese afirma que o programa do racionalismo clássico, assentado sobre a exigência de que o conhecimento é conhecimento certo, tem que aceitar uma sistemática diminuição da extensão do seu domínio, mais especificamente daqueles cinco inicialmente propostos por Descartes para apenas um domínio, segundo Locke, a filosofia moral, e, finalmente, com Hume, ter a extensão do seu domínio do conhecimento certo reduzida ao vazio. Em outros termos, com Locke verificamos que o programa racionalista clássico começa a degenerar no sentido descrito acima de conter uma extensão do domínio cada vez menor que satisfaça a exigência do conhecimento como conhecimento certo. Este aspecto da dinâmica do programa aparece a partir de Locke, com sua análise mais criteriosa da natureza das proposições científicas e dos métodos científicos no sentido de verificar quais dessas proposições satisfazem a condição da certeza.

Sua análise acaba por revelar que a filosofia natural tal como a conhecemos é incapaz de proporcionar um conhecimento certo da certeza absoluta de suas proposições. Não é por outra razão que se torna fundamental em Locke discriminar e demarcar entre os domínios do conhecimento certo e o domínio da crença. Com esta consequência, o domínio da crença passa, então, a conter áreas importantes da investigação humana, o que deve ocasionar sua ascensão em termos epistemológicos. Por esta razão, começa a receber atenção especial quanto à sua natureza epistemológica, os graus de crença e seus instrumentos, em particular, a probabilidade como um recurso para introduzir medida para os graus de crença. A análise de Locke que leva às conclusões expressas em nossa tese pode ser resumida nos seguintes passos, que serão discutidos abaixo. Inicialmente, discute-se a origem do conhecimento como origem das ideias a partir das quais são construídas as ideias abstratas e, delas, as proposições universais que fornecem o material para o conhecimento certo. Contudo, entre as muitas proposições universais que expressam conexões necessárias, portanto, verdadeiras [aquilo cujo contrário é necessariamente falso], há muitas que nada têm a ver com a ampliação do conhecimento.

Esta preocupação de Locke em discriminar entre as proposições universais verdadeiras, aquelas que contribuem para o avanço do conhecimento, é uma das marcas da busca de critérios para distinguir entre proposições analíticas e sintéticas. Segundo seu inventário, entre essas proposições estão as máximas e muitas outras que exprimem identidades, coexistências e relações. Numa ampliação de seus recursos analíticos, segundo ele, muitas dessas proposições não refletem conhecimento certo *real*, *i.e.*, proposições sintéticas com conexões necessárias. Elas são conhecimento certo ou, como Hume as denomina, proposições analíticas.

³ Esta tese é apresentada pela primeira vez em Chiappin (1989).

Com respeito a este último ponto, é importante notar em relação a Locke, e isto o diferencia, entre outros, de Hume – que nem todas as proposições universais certas são deste último tipo. Há aquelas, como as da matemática – por exemplo, a proposição universal segundo a qual “o ângulo externo de todos os triângulos é maior que qualquer um dos ângulos opostos internos” (Locke, 1973, p. 311) – que são proposições universais certas e reais [sintéticas] e não apenas verbais [analíticas]. Essas proposições deverão servir de exemplares para outras proposições universais certas e reais. Estas últimas proposições corresponderiam às proposições sintéticas [com conexões necessárias]. Com esta análise, Locke procura mostrar duas coisas: (i) que não há proposições universais reais [sintéticas] passíveis de conexão necessária [verdadeiras ou certas] na filosofia natural; (ii) que – e aqui se encontra o verdadeiro objetivo de seu empirismo – é possível construir proposições universais reais [sintéticas] da moral como certas e verdadeiras [com conexões necessárias] à semelhança daquelas da matemática. Portanto, seu programa de pesquisa sobre o conhecimento tem por objetivo fazer da moral conhecimento certo tendo como exemplar/paradigma a matemática. Depois, caberá a Hume mostrar, com sua teoria do conhecimento, que não há nenhuma área do conhecimento humano que satisfaça as exigências do princípio do conhecimento certo, pois, para ele, todas as proposições do conhecimento devem estar comprometidas com a expansão do conhecimento, e apenas as proposições sintéticas [reais] podem contribuir para este fim. Todavia, Hume mostra que – e aqui está o núcleo de sua crítica – o valor de verdade das proposições universais sintéticas depende da experiência, e, por esta razão, este valor de verdade é sempre a *posteriori* e não anterior à experiência.

Segue-se, então, que não há proposições universais sintéticas a *priori*, *i.e.*, proposições universais sintéticas construídas com conexões necessárias ou por meio de composição necessária, uma vez que, por serem universais, requerem infinitas experiências. Como não é possível realizar todas essas experiências, não é possível legitimar as proposições universais sintéticas como conhecimento certo. É por meio desta crítica que o problema da indução é colocado por Hume. Por conseguinte, com Hume, tanto a filosofia moral quanto a filosofia natural são formadas de proposições universais sintéticas, e como, para ele, estas não são passíveis de conhecimento certo, segue-se, portanto, que nenhuma dessas áreas é passível de conhecimento certo. Com um pouco mais de detalhes, pode-se dizer que Hume mostrou que as proposições de conhecimento de ambas as áreas são proposições sintéticas por dependerem das relações de causa e efeito, e que, além do mais, ele também mostrou que essas relações se baseiam na experiência e, por isso, não sustentam conexões necessárias, mas contingentes. Portanto, as proposições tanto da filosofia moral quanto da filosofia natural, por serem proposições sintéticas, são proposições contingentes, as quais, então, não são passíveis de conhecimento certo. Além disso, Hume parece ter mostrado que mesmo as proposições da matemática, as quais são baseadas em conexões necessárias, portanto proposições que deveriam formar um conhecimento certo, não são consideradas como conhecimento certo. Elas não são proposições sintéticas, mas proposições analíticas e, por isso, formariam apenas uma linguagem, mas não representariam nenhum conhecimento. Com isso, o domínio da crença se amplia ainda mais, contendo agora tanto a filosofia natural quanto a moral, e o domínio do conhecimento certo, que, com Descartes, continha cinco áreas, por sua vez, agora, com Hume, reduz-se a um conjunto vazio.

A concepção da ciência de Locke e a axiologia

130

O objetivo a seguir é reconstruir os principais pressupostos da teoria do conhecimento de Locke segundo o programa do racionalismo clássico. No intuito de

proceder a esta reconstrução, lançamos mão, uma vez mais, da Metodologia da Teoria da Ciência (MTC), que, por meio de sua estrutura e recursos, permite introduzir uma organização e hierarquia sintética entre as pressuposições fundamentais da teoria do conhecimento de Locke e, deste modo, possibilita a reconstituição de um quadro teórico claro e compacto a partir do qual desenvolvemos o argumento para sustentar as teses da degenerescência e de que as duas teorias do conhecimento do empirismo, particularmente aquela de Locke para o caso deste artigo, pertencem ao programa racionalista. Como foi mencionado anteriormente, o objetivo, com esta reconstrução, não é nem apresentar um trabalho exaustivo nem perpetrar e discutir em detalhes o empirismo clássico fiel à terminologia da tradição clássica. Trata-se, antes, de uma reconstrução racional fortemente vinculada ao objetivo de sustentar tanto a tese de que a teoria do conhecimento empirista pertence ao programa racionalista clássico quanto a tese da degenerescência deste. Nessa reconstrução, a primeira parte pretende especificar os fins e os valores do empirismo clássico. Neste particular, os fins são os mesmos de Descartes, pois ambas as teorias partilham do núcleo do racionalismo clássico. Portanto, pode-se dizer que a principal tese axiológica de fins (TAF1) da concepção filosófica de Locke afirma que o objetivo do empirismo clássico, do ponto de vista de uma metateoria, é o de construir uma teoria do conhecimento dentro dos quadros do racionalismo clássico que pudesse estabelecer uma separação [demarcação] entre conhecimento [certo] e crença/opinião (Locke, 1985, p. 43-44) e, também, sustentar a moral/política como conhecimento [certo] (Locke, 1985, p. 286, 325). Este propósito e sua realização são conduzidos sob certas restrições da teoria do conhecimento de Locke que denominaremos de restrições epistemológicas e ontológicas. Elas são apresentadas como teses, mas definem tanto um domínio quanto regras sob as quais tal programa deve ser perseguido e realizado. Como averiguaremos, entre estas teses encontram-se aquelas do racionalismo clássico, em particular, o núcleo deste programa, que é o compromisso com a exigência de que conhecimento seja conhecimento certo.

A ontologia

Podemos começar com a identificação da ontologia lockeana afirmando que compromissos ontológicos não são estranhos ao empirismo, uma vez que parece claro que o empirismo de Locke admite uma natureza corpuscular do mundo das substâncias e, ainda, que estes corpúsculos teriam como propriedades básicas as propriedades matemáticas e mecânicas semelhantes àquelas de Descartes. Diferentemente de Descartes, contudo, nossas faculdades não podem conhecer as causas reais, mas apenas as relações fenomenais do mundo produzido por estas propriedades. O mundo empirista do racionalismo clássico pode ser definido, como em Descartes, por meio de algumas teses denominadas, com propriedade, teses ontológicas⁴. O inventário da ontologia empirista começa por afirmar, em uma primeira tese ontológica empirista [TOE1], que o mundo existe enquanto substâncias e essências reais. A questão que se coloca para Locke, como para todo racionalismo clássico, é aquela acerca do que podemos conhecer deste mundo. A investigação das condições de possibilidade do conhecimento do mundo começa por admitir a existência do sujeito do conhecimento. Portanto, como segunda proposição ontológica pode-se admitir que o [TOE2] sujeito do conhecimento existe. Com isto temos, como em Descartes, o binômio fundamental do conhecimento: o sujeito que conhece e o

⁴ O significado da ontologia empirista de Locke poderá ser melhor entendido mais tarde dentro da sua epistemologia com a separação entre o que ele entende por essência real e essência nominal.

mundo a ser conhecido. No entanto, outras informações ainda são adotadas como um *parti pris* da ontologia empirista. Em particular, pode-se considerar como uma terceira tese ontológica [TOE3] do empirismo de Locke que o mundo tem como seus constituintes básicos substâncias que são formadas de corpúsculos, os quais são as causas de todos os fenômenos naturais. O conhecimento destas causas é objetivo da filosofia natural. Cabe à teoria do conhecimento estabelecer a origem, natureza e extensão deste conhecimento. Além disso, a teoria do conhecimento está interessada em demarcá-lo das crenças e opiniões.

Como afirmado supra, Locke admite o que pode ser denominado de quarta tese ontológica [TOE4]: que as propriedades básicas das substâncias, os corpúsculos, são as propriedades matemáticas e mecânicas, tais como extensão, figura, movimento, etc. Essas propriedades são por ele denominadas de qualidades primárias e ideias simples. Não é difícil reconhecer que elas são as mesmas ideias básicas da concepção cartesiana do mundo físico que constitui a física mecanicista. Finalmente, mencionamos como última tese ontológica que as ideias existem e são os objetos imediatos do conhecimento [TOE5]. Que elas são os objetos imediatos do conhecimento parece ser a característica principal de todas as filosofias pós-cartesianas, no entanto, que as ideias existem como coisas parece mais uma característica, e mesmo um truque, propriamente cartesiano, com a qual ele pode aplicar o princípio da causalidade e, por aqui, provar a existência de Deus e, portanto, evitar o solipsismo. Com as duas primeiras teses [TOE1, TOE2] e esta última [TOE5], formamos um trinômio fundamental da teoria do conhecimento do empirismo clássico. Toda a teoria do conhecimento empirista se articula em torno destes três elementos: o mundo, o sujeito e a ideia que é o objeto imediato do conhecimento. Com a teoria do conhecimento, investigam-se as condições de possibilidade do conhecimento a partir destes três componentes e algumas outras especificações que definem as relações epistemológicas entre eles. É importante lembrar que o conjunto destas afirmações ontológicas, epistemológicas e axiológicas se encontra disperso na obra de Locke e, em nenhuma circunstância, é apresentado como formando um corpo conceitual organizado e hierarquizado. Apenas por meio de uma reconstrução racional essas afirmações ontológicas, epistemológicas e axiológicas ganham a forma de quadro teórico organizado e mesmo hierarquizado, sintético, e a partir do qual torna-se possível abordar e encaminhar com maior clareza as questões e as teses deste ensaio sobre o programa racionalista clássico e a teoria do conhecimento lockeana, justamente o propósito perseguido neste ensaio.

A epistemologia

Uma vez reconstruída a ontologia empirista, procedemos então à reconstrução das condições epistemológicas de possibilidade do conhecimento. Essas condições também podem ser organizadas num sistema de teses, teses epistemológicas, as quais, juntamente com as afirmações ontológicas e a metodologia de Locke, terminam por constituir sua teoria do conhecimento em uma verdadeira teoria da ciência. A partir deste inventário epistemológico poderá ser verificada uma forte distinção com a vertente intelectualista. Esta diferença, contudo, está relacionada, principalmente, à origem do conhecimento e não à sua natureza, quer dizer, quanto à sua natureza, para Locke, conhecimento é conhecimento certo, tanto quanto para os demais racionalistas clássicos. Todavia, e diversamente de Descartes, a análise de Locke das condições a que as proposições universais devem obedecer para pertencer ao domínio do conhecimento certo leva a uma redução da classe das proposições universais que pertencem a ele. De qualquer modo, enquanto para os empiristas a origem de todo conhecimento, portanto, de todas as ideias é a experiência sensorial,

para os intelectualistas, como Descartes, a origem do conhecimento encontra-se no próprio intelecto, com a teoria das ideias inatas. Ainda assim, como se verá, o conhecimento para Locke é construído, também, a partir das ideias abstratas e só pode ser atribuído às proposições universais, que são as representações semânticas das ideias. Pode-se começar o inventário da epistemologia empirista pela identificação de sua crença na existência de um sujeito do conhecimento, concreto, particular e dotado de faculdades [contrariamente a Descartes, elas não são reais, mas poderes] apropriadas para o conhecimento.

O sujeito do conhecimento da teoria do conhecimento de Locke não é o sujeito ideal do conhecimento de Descartes, pois Locke pretende que se trate de um sujeito concreto. Nesta linha podemos já reconhecer que a primeira tese epistemológica empirista [TEE0] afirma a existência do sujeito do conhecimento como um sujeito individual e concreto, e não um sujeito ideal (Locke, 1985, p. 439-440), mas de posse de faculdades [consideradas como poderes] voltadas para o conhecimento. Agora, como um desdobramento da tese da existência de um sujeito do conhecimento, pode-se também afirmar como outra pressuposição epistemológica [TEE1] que o sujeito é dotado de faculdades próprias para o conhecimento. Mas, uma vez que o sujeito é um sujeito do conhecimento, não é menos importante determinar qual é o objeto do conhecimento. E, como resposta a esta preocupação, pode-se mencionar como outra tese epistemológica [TEE2] que as faculdades do conhecimento têm as ideias como o objeto imediato do conhecimento (Locke, 1985, p. 104). Esta tese, como mencionada acima, é partilhada por todas as filosofias pós-cartesianas e figura mesmo como fundamento de todas as filosofias modernas desde Descartes. Nesta pressuposição, temos o deslocamento do objeto imediato do conhecimento das coisas para as ideias das coisas, e, por esta razão, temos instaurado um dos problemas centrais da filosofia moderna, que pode ser denominado problema transcendental. Este problema é aquele de saber qual é a garantia que temos de que as nossas ideias correspondem a coisas fora de nós. A maior parte da arquitetura envolvida nas reflexões epistemológicas está voltada para resolver este problema. Locke combina três das teses mencionadas, a tese ontológica [TOE1] e as teses epistemológicas [TEE1 e TEE2], para afirmar que o sujeito do conhecimento não pode conhecer diretamente as essências reais das substâncias (Locke, 1985, p. 444) que constituem o mundo real. Esta afirmação é também considerada como uma tese epistemológica, [TEE3], da teoria do conhecimento de Locke.

Assim, seu empirismo, seguindo a preocupação de falar de condições reais do conhecimento, reconhece, a partir da análise das condições factuais do conhecimento, a principal das limitações epistemológicas do sujeito do conhecimento, segundo a qual as faculdades do conhecimento não têm acesso direto às essências reais das substâncias, mas apenas às ideias e, neste caso, como se verá, às essências nominais das substâncias. O sujeito não pode conhecer diretamente o mundo das essências reais das substâncias, o mundo como ele é, mas apenas a composição das ideias construídas pela mente a partir das ideias que possui. E a razão para isso decorre da segunda tese epistemológica [TEE2], que limita o sujeito ao conhecimento direto apenas das ideias. Segundo a epistemologia do racionalismo clássico, o sujeito tem acesso imediato apenas às ideias. E, por esta razão, ele tem acesso apenas às essências nominais, que são composição de ideias abstratas construídas a partir das ideias simples. Segue-se, então, a preocupação quanto à possibilidade do conhecimento do mundo das substâncias e quanto à natureza deste conhecimento. Essas limitações epistemológicas impostas ao conhecimento pela natureza do sujeito que conhece produzirão importantes consequências para os domínios do conhecimento inicialmente proposto pelo racionalismo clássico. Já vimos que, em Descartes, o sujeito também tem seu conhecimento direto limitado às ideias.

No entanto, o problema do conhecimento do mundo é resolvido em seu sistema de conhecimento pela construção e apelo a diversos instrumentos e recursos, mas, em particular, aos recursos metafísicos que consistem na doutrina das verdades eternas, na prova de que Deus existe e não é enganador (Descartes, 1967). Com estes recursos, Descartes faz coincidir o conteúdo objetivo das ideias com o seu conteúdo formal. Desta forma, torna possível, para o sujeito, o conhecimento direto das essências do mundo mecânico e, por este meio, faz do conhecimento da física um conhecimento certo.

Como mencionamos acima, Locke rejeita as especulações e os pressupostos metafísicos da teoria do conhecimento de Descartes, e, por isso, a solução deste problema seguirá outro caminho e levará a outras conclusões. Entretanto, a análise das consequências dessas teses anteriores dependerá de uma elaboração mais detalhada da epistemologia de Locke, como faremos na sequência. Assumindo que as ideias são os objetos imediatos do conhecimento, outra preocupação importante para a teoria do conhecimento do programa racionalista é quanto à origem destas ideias. No caso de Descartes, sabemos que a resposta é dada por uma doutrina denominada de doutrina das ideias inatas. O núcleo dessa doutrina é que nascemos com as sementes do conhecimento, as verdades universais ou eternas. O empirismo começa por rejeitar as explicações metafísicas da teoria do conhecimento intelectualista, em particular, da origem das ideias. Tanto que a primeira tarefa sobre a qual se debruça Locke é relativa ao seu ataque à doutrina das ideias inatas (Locke, 1985, p. 48-103), rejeitando-a tanto como incorreta quanto como metafísica. No entanto, seu principal argumento contra esta teoria não se baseia em nenhuma crítica, mas na sua proposta alternativa da origem das ideias na experiência, constituindo, em razão disto, a teoria do conhecimento empirista. Assim, o princípio empirista afirma a origem sensorial, experiencial, destas ideias. E, com este princípio, elabora-se o argumento mais importante da concepção empirista contra a doutrina das ideias inatas, que é a construção de uma teoria empirista do conhecimento sem fundamentos metafísicos. Assim, como resultado desta preocupação quanto à origem das ideias, por oposição à proposta metafísica, pode-se estabelecer o princípio do empirismo como um importante pressuposto epistemológico empirista [TEE4], *i.e.*, que a experiência é a fonte última de todas as ideias do conhecimento (Locke, 1985, p. 104).

Mas uma advertência cabe aqui para aqueles que se precipitam a pensar que, então, a base do conhecimento, para Locke, está formada de ideias sensoriais, portanto, particulares, e não, como em Descartes, de verdades universais. Como veremos, não podemos ter, igualmente para o empirismo de Locke, conhecimento a não ser a partir de ideias abstratas e, com elas, de verdades universais. E, ainda que se possa falar do conhecimento da existência como conhecimento sensitivo, propriamente falando, ele não se constitui em conhecimento no sentido de conhecimento certo. Assim, uma vez admitido que a experiência seja a fonte de todas as nossas ideias, as quais são os materiais do nosso conhecimento, é importante, agora, discriminar por quais meios ou faculdades essas ideias chegam ao sujeito do conhecimento. Com Locke, temos uma importante recuperação da faculdade da sensação como uma faculdade do conhecimento, a qual tinha sido desconsiderada por Descartes como faculdade do conhecimento e substituída por aquela do entendimento. Assim, pode-se já dizer, com a [TEE5], que a experiência nos fornece as ideias através de duas formas: (i) pela sensação, cujos objetos são os objetos sensíveis externos; (ii) pela reflexão [sensação interna], cujos objetos são as operações internas da mente (Locke, 1985, p. 104-105). Os sentidos [a faculdade da sensação], para Locke, não podem nos enganar no que diz respeito aos dados imediatos do conhecimento, que são as ideias. No entanto, se o objeto imediato do conhecimento são as ideias, a que ideias ele está se referindo? Novamente, a

resposta a esta questão é outra pressuposição de sua epistemologia empirista, que podemos denominar [TEE6], segundo a qual todas as ideias fornecidas pela experiência, como dados imediatos, são constituídas de ideias simples. As ideias simples são, assim, os materiais de todo nosso conhecimento. Como diz Locke:

These simple Ideas, the Materials of all our knowledge, are suggested and furnished, only by those two ways above mentioned, viz, Sensation and Reflection (Locke, 1985, p. 119).

Como veremos mais tarde, para Locke, essas ideias simples, que são dadas pela faculdade da sensação, são tais que há uma conformidade entre suas essências nominais e as essências reais, e, desta forma, por aqui, o sujeito do conhecimento tem acesso às informações verdadeiras acerca das qualidades primárias das coisas. Mas, como será mostrado pela análise de como o conhecimento é construído, esta acessibilidade, infelizmente, não implica, como já estabelecido pela tese epistemológica [TEE3], que possamos conhecer as substâncias que constituem o mundo.

Com esta posição particular sobre a origem do conhecimento, sobre a faculdade da sensação e das ideias simples, ele poderia, talvez, estar pretendendo reconstruir uma concepção empirista do conhecimento [no quadro do racionalismo clássico, portanto, como construída por Descartes] levando agora em conta as críticas de Descartes aos pressupostos empiristas antigos ou escolásticos acerca dos sentidos considerados como faculdades do conhecimento. Esta crítica é feita por Descartes na primeira meditação das *Meditações* (Descartes, 1967). Assim, Locke estaria concordando com as críticas que Descartes faz às concepções empiristas [escolásticas-medievais-renascentistas] do conhecimento, mas não concordaria com uma possível implicação de sua crítica, que seria aquela da impossibilidade [no quadro do racionalismo clássico com sua exigência do conhecimento como conhecimento certo] de uma teoria empirista do conhecimento. Neste sentido, a posição de Locke poderia ser bastante similar àquela de Bas van Fraassen (Van Fraassen, 1980) com respeito às críticas de Kuhn e Popper ao positivismo lógico. Van Fraassen aceita muitas destas críticas ao empirismo lógico, mas não concorda com a possível implicação delas, que é a da impossibilidade de uma concepção empirista. Daí o seu empirismo construtivista. Nesta mesma linha, Locke poderia estar pensando num projeto de uma teoria empirista [agora dentro dos quadros do racionalismo clássico] a partir das críticas de Descartes às concepções empiristas anteriores. E, neste projeto, a recuperação da faculdade da sensação é um elemento importante.

Voltando ao tema das ideias simples, para Locke, elas são os dados imediatos da experiência e, portanto, expressam as coisas tais como elas são, pela aplicação da definição de verdade como correspondência. E, além disso, ainda segundo ele, não podemos inventar nem destruir as ideias simples. Podemos apenas compor ideias simples formando ideias complexas (Locke, 1985, p. 120-121). Com as ideias simples e as ideias complexas, temos todo o estoque de ideias do qual o conhecimento é composto. Quanto às ideias simples, para Locke, elas são similares àquelas de Descartes, ou seja, elas são as ideias de extensão, solidez, figura, grandeza, movimento e repouso. Essas ideias são consideradas propriedades das substâncias (Locke, 1985, 119-130). Por causa disto, Locke partilha dos mesmos elementos básicos do conhecimento do mundo mecânico de Descartes. Mas, se as ideias simples formam todo o material do qual o conhecimento é construído, agora é, então, preciso entender como o conhecimento é construído a partir destas ideias simples. A primeira coisa a perceber é que as ideias simples dão origem, por um processo de abstração, ao conjunto das ideias abstratas que formam as ideias compostas. Nesta etapa da construção da noção de conhecimento, Locke retoma outro dos componentes da teoria do conhecimento cartesiana, que é aquele segundo o qual o conhecimento está relacionado com a

conexão entre as ideias⁵. Assim, para Locke o conhecimento está relacionado com a conexão entre as ideias (Locke, 1973, p. 277), e este elemento de sua doutrina merece ser destacado como um importante pressuposto epistemológico, [TEE7], de acordo com o qual se pode afirmar que a natureza do conhecimento consiste na “percepção da conexão e acordo, ou desacordo e rejeição, de quaisquer de nossas ideias” (Locke, 1985, p. 525, 1973, p. 273). Nesta definição do conhecimento, encontra-se a ideia de que sua natureza é a certeza, uma vez que se pressupõe que esta conexão ou rejeição percebida nas ideias é necessária. Os exemplos propostos, os quais certamente funcionam como exemplares de sua definição, indicam que esta definição faz da conexão necessária entre as ideias a natureza do conhecimento certo.

A semelhança entre as duas teorias do conhecimento pode ser ainda mais elaborada, e, isto sem surpresa, pois ambas figuram, na nossa tese, no núcleo comum do racionalismo clássico. Assim é que, pelo fato da noção de conhecimento estar assentada sobre a noção de percepção da conexão, ela acaba por se apresentar em duas formas: imediata ou por meio de outras ideias. Portanto, esta percepção do acordo ou desacordo [necessário] entre quaisquer ideias pode ser imediata ou por meio de outras ideias. Segundo Locke, se esta percepção da conexão entre duas ideias quaisquer for feita sem ideias intermediárias, ela o será de forma imediata, por elas mesmas, e, neste caso, dizemos tratar-se de um conhecimento intuitivo (Locke, 1973, p. 277) e, aqui, temos um conhecimento evidente e, portanto, certo. Por outro lado, se esta percepção da conexão necessária requerer outras ideias intermediárias [a medida de Descartes] para se estabelecer entre duas ideias quaisquer, dizemos que o conhecimento é demonstrativo (Locke, 1973, p. 277) e, neste caso, temos um conhecimento certo, mas não necessariamente evidente, o qual seria dado apenas se houvesse uma intuição de toda a cadeia dedutiva. Como diz Locke, o uso destas ideias intermediárias, que servem para mostrar o acordo ou desacordo de quaisquer outras duas ideias, é denominado de prova (Locke, 1985, p. 532). Assim, neste aspecto da natureza do conhecimento a concepção de Locke é bastante semelhante àquela de Descartes exposta nas *Regras para a direção do espírito e no Discurso do método*. Como estas semelhanças reforçam o fato de que eles partilham do núcleo do racionalismo clássico, consideramos serem as propriedades acima da natureza do conhecimento, o conhecimento intuitivo e demonstrativo, um pressuposto epistemológico [TEE8] da sua teoria empirista.

Mas, com referência a esta noção de conhecimento certo como a percepção [clara] do acordo e desacordo entre as ideias, é importante não confundir esta posição com a percepção clara de cada uma das ideias envolvidas. Elas são percepções diferentes. A última é condição necessária para a primeira, mas não suficiente. Assim como diz Locke, “um homem que tem ideias tão claras dos ângulos de um triângulo, e da igualdade de dois retos pode ainda ter apenas uma percepção muito obscura de seu acordo” (Locke, 1973, p. 280).

Em razão tanto desta definição de conhecimento quanto pela abundância de exemplos matemáticos é bastante evidente que podemos extrair de sua teoria que ele também faz, como Descartes, do modelo geométrico o modelo do conhecimento. No entanto, uma leitura mais cuidadosa mostra que Locke, como Descartes, e, diríamos, o próprio racionalismo clássico, fazem do modelo geométrico algo mais do que um simples modelo. Eles o transformam não apenas num verdadeiro exemplar, num paradigma (Kuhn, 1978), no sentido de servir para comunicar, de organizar, de ilustrar a ideia do conhecimento como conhecimento certo a fim de ser aplicada a outros domínios, mas também numa teoria mais geral de solução

⁵ Segundo Descartes, a expressão desta conexão é dada pelo binômio fundamental do método, que é a ordem e a medida (Descartes, 1963, p. 98).

de problemas. Com respeito à primeira parte, queremos dizer que se trata de uma tese fundamental do racionalismo, a qual estaria associada com uma tese sobre a aprendizagem. Assim, segundo eles, aqueles que desejam seguir este modelo na construção do conhecimento devem praticar tanto a geometria quanto a álgebra [as matemáticas] para que possam não só entender o que pretendem fazer, mas e, principalmente, devem praticá-las para aprender e dominar tanto os conceitos quanto os instrumentos necessários para que possam conduzir suas investigações com sucesso nos demais domínios a fim de torná-los conhecimento certo. Na nossa linha de interpretação de que o verdadeiro método do racionalismo clássico é um método de solução de problemas está embutida, também, a ideia de que este método envolve uma teoria da aprendizagem. Deste ponto de vista, o que poderia estar implícito neste incentivo à prática das matemáticas é que a solução para adquirir e saber aplicar o novo modelo do conhecimento é aquela da ideia de uma teoria da aprendizagem segundo a qual se aprende fazendo (*learning by doing*). Neste sentido, ainda que rudimentar, podemos afirmar que a teoria da aprendizagem do racionalismo clássico se centra em torno do princípio de que se aprende fazendo. Tal princípio vale literalmente para Locke, como mostram muitas de suas passagens, em particular, aquela em que diz:

Os que ignoram álgebra não podem imaginar as maravilhas que podem ser feitas neste tipo [sobre como descobrir as ideias intermediárias no conhecimento demonstrativo] que é uma das finalidades do método de descoberta (Locke, 1973, p. 283).

Com respeito à segunda parte, acreditamos que, tanto em Descartes como em Locke, o modelo geométrico é por si mesmo uma aplicação de um método mais geral que é aquele da descoberta da solução de problemas. Obviamente, esta teoria geral de solução de problemas, cujos elementos centrais se encontram nas Regras (Descartes, 1963), no *Discurso do método* (Descartes, 1963), na *Geometria* (Descartes, 1947) e em outras de suas obras científicas, é uma generalização das características, técnicas e estratégias para descobrir a solução de problemas na geometria, na álgebra e na geometria analítica [combinação da geometria e álgebra]. Organizando todo este raciocínio anterior em partes, começamos por afirmar como uma tese epistemológica do empirismo de Locke, [TEE9], aquela segundo a qual o modelo do conhecimento é o modelo geométrico, e que todos aqueles que querem aplicá-lo a outras áreas devem exercitá-lo com a matemática (Locke, 1973, p. 324). Mas, além disso, destacamos também como pressuposto epistemológico [TEE10] que o método geral é aquele de resolver problemas e que o seu conhecimento é dado pela prática, a qual deverá ser feita na geometria e álgebra [matemáticas] (Locke, 1973, p. 324-326, 286-287, 294) por serem os exemplos mais bem acabados deste método e do conhecimento certo. Para ver a semelhança de Locke com o núcleo do método de Descartes, como descrito anteriormente por nós, basta mencionar que ele afirma, de modo enfático, que o objetivo do método é o de descobrir as ideias intermediárias, como se pode ver abaixo:

O outro [método] consiste na arte de descobrir estas ideias intermediárias, que podem mostrar-nos o acordo ou rejeição das outras ideias, que não podem ser imediatamente comparadas (Locke, 1973, p. 326).

Acreditamos que Locke não tenha se estendido mais sobre o método por considerá-lo já suficientemente elaborado nos trabalhos de Descartes e de outros do seu tempo, em particular, na *La Logique de Port Royal*. Mas, ainda com respeito ao pressuposto epistemológico anterior, é importante mencionar que para Locke, como para Descartes, o conhecimento intuitivo é o mais claro e seguro de que é

capaz o conhecimento humano e que toda a certeza e evidência do conhecimento dependem da intuição (Locke, 1985, p. 531). Em adição a tudo o que foi afirmado sobre a intuição, Locke ainda reduz, como Descartes, o conhecimento demonstrativo a uma sequência de conhecimentos intuitivos. Como na passagem abaixo:

Now, in every step Reason makes in demonstrative Knowledge, there is an intuitive Knowledge of that Agreement or Disagreement, it seeks, with the next intermediate idea, which it uses as a Proof. For if it were not so, that yet would need a Proof. Since without the Perception of such Agreement or Disagreement, there is no Knowledge produced (Locke, 1985, p. 533).

Nesta altura da discussão, depois de ter definido o conhecimento como conhecimento certo, como constituído do conhecimento intuitivo e demonstrativo, e depois de considerar o método como sendo o método de descoberta e, portanto, de resolver problemas, além de assumir o modelo geométrico como modelo e exemplar tanto da organização do conhecimento quanto da solução de problemas num sistema de conhecimento, a questão que se coloca na sequência desta reconstrução da teoria do conhecimento empirista de Locke é a respeito da posição do empirismo quanto à base do conhecimento e quanto às características da base do conhecimento.

A primeira destas características se refere à unidade de conhecimento desta base, a outra às propriedades desta unidade para constituir um conhecimento certo. Com respeito a este aspecto da teoria do conhecimento, podemos afirmar como uma tese epistemológica, sendo esta tese introduzida como uma pressuposição, que a proposição é a unidade básica do conhecimento. E esta tese não apresenta nenhum conflito com o fato de Locke mencionar que as ideias simples formam todo o material do conhecimento e que o conhecimento é o acordo ou desacordo entre ideias. Pois Locke pensa nos conceitos como a representação semântica destas ideias e na proposição [formada com estes conceitos] como a representação semântica [significado] da percepção do acordo e desacordo entre as ideias. Outro aspecto fundamental quanto à base do conhecimento é que ela não é formada de proposições particulares, como se poderia esperar de uma concepção empirista, mas, diferentemente, de proposições universais [TEE11]. Assim, faz sentido falar de conhecimento apenas enquanto conhecimento de proposições gerais.

Em seguida, pode-se constatar que também para Locke, assim como para Descartes, as proposições são verdadeiras ou falsas. E a isto também pode ser dado o estatuto de uma pressuposição epistemológica, para enfatizar a superposição destas teses do empirismo com o núcleo do racionalismo clássico. Esta nova tese epistemológica, [TEE12], é um desdobramento natural da tese anterior, e esta posição pode ser sustentada, por exemplo, indicando que Locke afirma que a noção de verdade apenas se aplica às proposições [no sentido de significado], por exemplo, quando diz: "De sorte que a verdade propriamente pertence apenas às proposições" (Locke, 1973, p. 297).

Na sequência da elucidação dos componentes principais de sua epistemologia, o objetivo agora é tratar da questão da verdade e certeza das proposições universais que seriam os componentes do conhecimento certo. Para isso, Locke recoloca a noção de proposição como "a união ou separação de sinais" (Locke, 1973, p. 297; 1985, p. 574-576). Mas, como lembra Locke, há dois tipos de sinais: ideias e palavras. E, assim, a noção de verdade é "the joining or separating of Signs, as the Things signified by them [which they stand for], do agree or disagree one with another" (Locke, 1985, p. 574, 576).

Portanto, a partir desta noção de verdade, da classificação dos sinais e da representação dos sinais por palavras, ele pode recolocar a noção de verdade, e também de falsidade, nos seguintes termos:

Verdade é o estabelecimento, por palavras, do acordo ou desacordo das ideias segundo o que é. Enquanto, falsidade é o estabelecimento, por palavras, do acordo ou desacordo de ideias de modo diverso do que é (Locke, 1985, p. 578).

Chegamos, desta maneira, em Locke, à ideia de verdade com a qual discutimos quando uma proposição é verdadeira ou falsa. Agora, podemos definir o conhecimento certo como a percepção da conexão necessária segundo o que é. Tendo, assim, resolvido parcialmente o problema da definição da noção de verdade e, com ele, uma maneira de tornar mais clara a noção de conhecimento certo, o problema, agora, desloca-se para aquele de discutir a verdade das proposições universais e então de averiguar, como ele diz, de “quais tipos de proposições universais somos capazes de estar certos de sua verdade ou falsidade” (Locke, 1973, p. 299). Num esforço de organizar uma racionalidade criterial para o conhecimento, Locke procura ampliar os elementos operacionais da sua epistemologia, o que ainda não foi completamente realizado no que diz respeito à noção de verdade. De qualquer modo, pode-se perceber certo esforço, por parte de Locke, no sentido de elaborar regras ou critérios para suas noções, em particular para a noção de certeza. A primeira regra ou critério da certeza, para averiguar a respeito do conhecimento da verdade, diz que

as proposições gerais, seja qual for o tipo, são apenas capazes de certeza quando os termos usados nelas significam tais ideias, que o seu acordo ou desacordo, como é expresso, e pode ser descoberto por nós. E, estamos seguros [certos] da verdade ou falsidade das proposições universais quando percebemos que as ideias que os termos significam concordam ou discordam, segundo são afirmadas ou negadas entre si (Locke, 1973, p. 303).

Mas, como veremos, a aplicação desta regra requer outras noções para que se entenda o que Locke pretende dizer com “quando percebemos que as ideias que os termos significam concordam ou discordam”. Perceber aqui significa conhecer. Portanto, implica que, quando conhecemos com certeza a verdade, então conhecemos o significado das ideias e que esses significados concordam ou discordam. Agora, o que dá significado às ideias? Como veremos, o significado das ideias depende de duas noções: a essência nominal e a essência real. Cabe, neste contexto da combinação de ideias abstratas para formar proposições universais, observar que a noção de certeza, ou conhecimento certo, no sentido de percepção da conexão necessária do que é, não pode ser encontrada a não ser nas ideias e não fora delas, por exemplo, na experiência. Como afirma Locke:

Whence we may take notice, that general Certainty is never to be found but in our ideas. Whenever we go to seek it elsewhere in Experiment, or Observations without us, our Knowledge goes not beyond particulars. 'Tis the contemplation of our own abstract ideas, that alone is able to afford us general knowledge (Locke, 1985, p. 589-591).

Assim, um dos pontos importantes de toda essa discussão é que, para o empirismo de Locke, a capacidade para proporcionar conhecimento geral, que é entendido como o acordo ou desacordo entre as ideias conforme o que é, deve ser encontrada apenas em nossas próprias ideias abstratas, e, portanto, que conhecimento, o qual envolve necessidade, só pode ser dito a respeito de universais, nunca de particulares. Portanto, pode ser encontrado apenas entre ideias abstratas e nunca na experiência, a qual só proporciona ideias particulares.

Agora, retornando à questão fundamental de quais dentre as proposições universais são aquelas passíveis de conhecimento com certeza, começamos por

lembrar a discussão de Descartes deste tema. Segundo ele, todas as proposições universais necessárias que são construídas na intuição, por meio da conexão de ideias com a ajuda das noções comuns, são verdadeiras [em Descartes, o verdadeiro se confunde com o real]. O conhecimento com certeza destas proposições se dá pelo estabelecimento da ordem das razões e, portanto, pela percepção das conexões necessárias entre elas. A percepção desta conexão é dada pelo critério da clareza, que é ao mesmo tempo o critério para garantir a verdade como correspondência dado a teoria das verdades inatas, a prova da existência de Deus e que ele não é enganador. Ainda assim, as noções comuns do tipo *tudo o que é, é*, as quais servem para estabelecer vínculos de necessidade entre as ideias, não são elas mesmas verdades no sentido ontológico de ter um correspondente real. Apesar disso, Descartes não parece muito preocupado em fazer uma classificação entre as proposições universais para identificar quais dentre elas contribuem para o avanço do conhecimento. Ele resolve o problema do avanço e extensão do conhecimento reduzindo a dedução ou demonstração à intuição na qual há sempre ampliação do conhecimento no sentido acima, quando podemos conectar de maneira necessária duas ideias por meio de uma noção comum, o que é feito junto com o critério da clareza. No entanto, não parece ser este o caso de Locke, que afirma ser necessário discriminar, dentre as proposições universais verdadeiras, aquelas que são apenas necessárias daquelas que são necessárias [certas] e reais [sintéticas]. Assim, é preciso exigir do conhecimento, além da certeza da verdade, uma realidade ou conformidade das conexões com o real [conhecimento sintético]. E esta conformidade não poderia ser totalmente resolvida pelo critério da conexão necessária entre as ideias verdadeiras como em Descartes, o qual conta com a fundamentação metafísica.

Para Locke, no entanto, é apenas este conhecimento certo em conformidade com as coisas, denominado de conhecimento real, que se pode chamar conhecimento propriamente dito (Locke, 1985, p. 563). É ele que resolve o problema da dinâmica e crescimento do conhecimento. Por esta razão se pode colocar também a questão, como em Descartes, acerca da diferença entre os devaneios e as fantasias do sonho e da imaginação e o conhecimento das coisas como elas são. Em Descartes, esta questão caracterizava o problema transcendental da adequação das nossas conexões necessárias ao mundo, *i.e.*, de quais dentre as nossas relações entre ideias satisfazem o critério da verdade como correspondência ou conformidade com o real. Afinal, poderemos ter infinitos mundos construídos segundo os critérios da conexão necessária. Este problema foi resolvido pela combinação do critério da coerência da verdade [clareza e distinção], da teoria das verdades eternas, da prova da existência de Deus e da prova de que ele não é enganador. Com estes elementos, Descartes faz com que o critério da clareza e distinção, que funciona como um critério de coerência, possa ser admitido como um critério de correspondência. Desta forma, ele pode garantir que as conexões necessárias são conformes e correspondem às coisas fora de nós, pois Deus existe, nos criou e não é enganador. Mas, como o empirismo critica estas explicações metafísicas e, particularmente, a doutrina das ideias inatas, substituindo-a por uma teoria empirista da origem das ideias, ele jamais poderia aceitar tal argumento metafísico para fazer corresponder, por exemplo, as ideias, que são os objetos imediatos do conhecimento, com as essências reais das substâncias fora de nós, das quais elas são as ideias, e do mesmo modo as relações entre as ideias.

A saída epistemológica empirista, que parte da separação entre o critério da coerência e o critério da correspondência da verdade, é pela conclusão, como se verá, que algumas das áreas que Descartes considerava como pertencentes ao domínio do conhecimento certo, não mais o são. E, estas áreas são exatamente aquelas onde o critério de coerência e o critério de correspondência não coincidem, a saber, na filosofia natural segundo Locke. O empirismo continuará usando o critério da clareza

e distinção de Descartes, mas apenas como um critério de coerência e como critério para as conexões necessárias entre as ideias. No entanto, separado deste temos o critério da correspondência, que é o da conformidade e ajuste entre as ideias e as relações entre as ideias e as coisas por elas descritas ou representadas. Como afirmamos anteriormente, há situações em que estes critérios podem coincidir, mas isto não vale para todas as ideias e conexões necessárias entre elas. A elaboração e a solução deste problema transcendental, para o empirismo de Locke, que está associado àquele de saber quais dentre minhas ideias e relações correspondem às coisas por elas descritas e qual dentre o conhecimento certo é conhecimento certo real, dependem de uma construção um pouco mais detalhada de sua epistemologia, que permita completar o entendimento da noção de verdade e certeza. Esta elaboração consiste basicamente na introdução de novos conceitos, tal como na noção de essência nominal, essência real e conhecimento real. Estes conceitos permitem organizar e articular a argumentação de Locke para fundamentar a sua solução do problema transcendental, que é aquela tanto de reduzir o domínio do conhecimento certo, eliminando a filosofia natural, quanto de considerar a moral como conhecimento certo por acreditar ser possível construí-la da mesma maneira que a matemática.

Entre esses conceitos são muito importantes aqueles da essência real e essência nominal. O esclarecimento destes conceitos é feito, pela sua relevância, através de uma tese epistemológica [TEE14]. A definição da primeira noção [TEE14.1] mostra que, para Locke, a essência real consiste no ser de qualquer coisa, pelo qual ela é o que é. Ela consiste na constituição real de algo que é o fundamento de todas essas propriedades que estão combinadas e são constantemente achadas coexistir nas essências nominais (Locke, 1985, p. 442). A essência nominal [TEE14.2] é entendida como a essência de cada gênero, ou classe, que nada implica exceto a ideia abstrata (Locke, 1985, p. 417). Com estes recursos é importante reconhecer como um *parti pris* epistemológico do empirismo lockeano outra tese epistemológica central, no caso a [TEE15], particular para as essências reais: que quanto às essências reais das substâncias, nós somente supomos seus seres e não podemos conhecer, de maneira direta, precisamente o que elas são, uma vez que temos acesso direto apenas às essências nominais, as quais são formadas de um conjunto de ideias abstratas, e não às essências reais, cujo ser apenas podemos supor (Locke, 1985, p. 442). É exatamente nestes conceitos, e suas consequências para a análise do domínio do conhecimento certo, que veremos a principal diferença que Locke manterá com respeito a Descartes: a física ou a filosofia natural não preenche as condições de conhecimento certo e, portanto, deve ser colocada no domínio da crença.

Assim, segundo nosso ponto de vista, é Locke quem começa a precisar melhor a noção de conhecimento certo introduzida, com Descartes, pelo paradigma do racionalismo clássico. Locke faz isso em sua tentativa de identificar no conhecimento certo quais de suas partes correspondem propriamente a conhecimento no sentido de conhecimento das coisas como elas são, que é a mesma questão de como distinguir a mera coerência e fantasia, aqui denominada de conhecimento certo verbal, do conhecimento certo real, que é o conhecimento certo que satisfaz a exigência da conformidade das conexões necessárias com o real [não confundir com existência]. Ou, em outros termos, trata-se da questão de como distinguir conhecimento certo [proposições necessárias de verdades] do conhecimento certo real [proposições necessárias de verdades que correspondem ao que é] que seria o conhecimento certo sobre arquétipos ou coisas existentes. Para ver que esta questão da distinção preocupa Locke, é suficiente lembrar suas próprias palavras, quando diz:

Knowledge, say you, is only the perception of the agreement or disagreement of our own Ideas: but who knows what those Ideas may be?...Or if there be a sober and a

wise Man, what difference will there be, by your Rules, between his Knowledge, and that of the most extravagant fancy in the World? They both have their Ideas, and perceive their agreement and disagreement one with another (Locke, 1985, p. 562).

Esse é o problema da distinção entre conhecimento certo enquanto proposições universais verdadeiras, mas tal que não correspondem a nada de real [são as proposições analíticas], que ele parece chamar de conhecimento certo verbal, e conhecimento certo real formado também de proposições universais verdadeiras, mas tal que correspondem a algo de real [são as proposições necessárias e sintéticas]. Um exemplo importante da diferença entre estes dois tipos de conhecimento certo é dado por Locke quando fala das seguintes proposições, “um triângulo tem três ângulos” e “açafraão é amarelo”. Essas são exemplos de proposições verdadeiras conhecidas como certas, mas não são conhecimento real. Nós podemos conhecer a verdade destas duas proposições com perfeita certeza. No entanto, elas comportam apenas o que ele chama de certeza verbal, pois o predicado está contido no sujeito, e, assim, ela não é instrutiva, ela não acrescenta nada ao objeto de que fala (Locke, 1973, p. 311).

Como proposição verdadeira e real conhecida com certeza Locke menciona proposições que podem ser conhecidas como consequências necessárias de outra, mas que não está contida nelas (o futuro juízo sintético *a priori* de Kant). O exemplo que ele dá é de que o ângulo externo de todos os triângulos é maior do que qualquer um dos ângulos internos do triângulo. Ele chama essa ideia de ideia intermediária. Trata-se de uma ideia que conecta duas outras. Sabemos que a busca por ideias intermediárias é o núcleo central do método racional de resolver problemas. Uma vez que se conhecem imediatamente apenas as ideias e não as coisas no mundo, então, para definir conhecimento real, que é formado da conexão entre ideias, precisamos de um critério para avaliar essa relação entre as ideias e as coisas no mundo das quais elas são representações. Esse critério de avaliação de nosso conhecimento como conhecimento real, que expressa isomorficamente coisas no mundo, é aquele da ideia de verdade como correspondência. Como segue sua afirmação:

This evident, the Mind knows not Things immediately, but only by the intervention of the Ideas it has of them. Our Knowledge therefore is real, only so far as there is a conformity between our Ideas and the reality of Things (Locke, 1985, p. 563).

Assim, um melhor entendimento desta questão da distinção entre o conhecimento certo e o conhecimento certo real depende de um maior aprofundamento da noção da verdade como correspondência. Aproveitando este contexto, colocamos como uma última tese, [TEE16], que a questão da dinâmica e da extensão do desenvolvimento do conhecimento tem a ver com o conhecimento certo real [sintético] e não com o conhecimento certo [analítico]. Mas, voltando ao problema, podemos articular com um pouco mais de detalhes a ideia da verdade como correspondência em termos das novas noções acima. Assim, podemos dizer, agora, que a verdade como correspondência, que tem a ver com o “acordo ou desacordo das ideias segundo o que é”, significa uma conformidade ou correspondência entre a essência nominal, propriedade das ideias, e a essência real [propriedade dos Arquétipos], que é a coisa representada pelas ideias. Portanto, a regra da certeza que afirmava que estamos seguros [certos] da verdade ou falsidade das proposições universais, quando percebemos que as ideias que os termos significam concordam ou discordam, segundo são afirmadas ou negadas entre elas, pode ser interpretada como a percepção da conexão entre suas essências nominais segundo as suas essências reais. E, portanto, assim não poderíamos estar seguros da verdade ou falsidade das proposições sem perceber primeiro suas essências tanto nominais quanto reais, a

conformidade entre elas e ao mesmo tempo perceber a conformidade das conexões entre as essências nominais e as essências reais? A coisa representada ou a essência real são denominadas por Locke de Arquétipo. A noção de Arquétipo parece ser ampla o suficiente para abarcar tanto as essências reais das coisas físicas existentes [substâncias] quanto as entidades matemáticas e morais [não existentes]. É através destes recursos epistemológicos e linguísticos que Locke pode recolocar a noção de verdade como correspondência: "And so far as these Ideas, thus marked by Sounds, agree to their Archetypes, so far only is the Truth real" (Locke, 1985, p. 578).

No encaminhamento da solução do problema acerca de quais dentre as proposições universais são passíveis de conhecimento certo, Locke introduz uma regra da certeza utilizando, agora, as noções de essências. Com esta regra, ele faz uma seleção a partir do inventário das proposições universais, da análise das condições da verdade ou falsidade destas proposições (Locke, 1985, p. 578-579) e dos métodos de proporcionar ou decidir a verdade ou falsidade das proposições. Para introduzir a regra do conhecimento da verdade com certeza, basta lembrar que, como supra-mencionado, há uma distinção para Locke entre essência nominal, a qual tem a ver com a combinação de ideias, portanto, com uma ideia complexa, que é construída segundo a percepção do acordo ou desacordo das ideias envolvidas, e a essência real, que tem a ver com o ser de uma coisa, pela qual ela é o que é, *i.e.*, sua constituição real. Neste caso, a verdade nada mais é do que a conformidade entre a essência nominal e a essência real. E a certeza da verdade é a percepção da conexão necessária entre essas ideias verdadeiras segundo o que é. Portanto, chegamos a uma regra do conhecimento certo da verdade das proposições universais. Ela pode ser colocada nos seguintes termos: "para que se conheça a verdade de qualquer proposição geral com certeza, é preciso que saibamos os limites precisos e a extensão das espécies que seus termos significam, [portanto] é necessário que conheçamos a essência de cada espécie, porque é isto que a constitui e a limita" (Locke, 1985, p. 579-580). Isto significa que é necessário, para o conhecimento com certeza das proposições verdadeiras, conhecer a essência real de cada espécie, pois é isto que a constitui e a limita (Locke, 1985, p. 579-580). Com esta condição, Locke pode discriminar dentre todas as ideias abstratas ou proposições gerais aquelas que são passíveis de satisfazer esta regra. Segundo ele, dentre as ideias abstratas as ideias simples e seus modos, ou as proposições que as representam, satisfazem esta condição, pois nelas as essências reais e nominais são idênticas. Como ele mesmo diz:

This, in all simple Ideas and Modes, is not hard to do. For in these, the real and nominal Essence being the same; or which is all one, the abstract Idea, which the general Term stands for, being the sole Essence and Boundary, that is or can be supposed, of the Species, there can be no doubt, how far the Species extends, or what Things are comprehended under each Term: which, 'tis evident, are all, that have an exact conformity with the Idea it stands for, and no other (Locke, 1985, p. 580).

Que o conhecimento desta verdade é com certeza parece ser mostrado por Locke quando ele diz que, no caso das ideias simples,

a mente não pode formar por si mesma, elas devem necessariamente ser o produto das coisas operando sobre a mente, de modo natural [...] Disto decorre que as ideias simples não são ficções de nossa fantasia, mas produções regulares e naturais das coisas exteriores, realmente operando sobre nós e introduzindo com elas toda a conformidade que é designada, ou que nossa condição exige (Locke, 1985, p. 562-563).

Além das ideias simples, das quais são constituídas todas as demais ideias, pode-se dizer que, dentre as ideias complexas, aquelas que são arquétipos, portanto

construídas por nossas mentes, e que não foram construídas para se referirem a nada existente fora de nós, consideradas como originais, não precisam ter qualquer conformidade necessária com o real. Estas ideias complexas que foram construídas para representar a si mesmas, e não coisas reais externas, estas jamais são passíveis de representação errônea. Com essas ideias não se pretende mais do que a conformidade com as próprias ideias. Deste tipo de ideias são a matemática e a moral. E, como diz Locke, acerca destas últimas ideias “(d)estas não podemos privar de uma realidade certa e indubitável” (Locke, 1973, p. 294). Mas, mais do que isso, as matemáticas são as únicas que representam um conhecimento certo da verdade e, portanto, podem servir de modelo ou paradigma para a construção de conhecimentos certos de proposições universais verdadeiras em outras áreas do conhecimento, mas isto desde que métodos e procedimentos apropriados sejam desenvolvidos. Em particular, Locke faz a proposta de que o conhecimento moral é [deve ser] um conhecimento de proposições universais verdadeiras com certeza, que ele denomina de conhecimento certo real (Locke, 1973 p. 294, 1985, p. 565). Nesta proposta, encontra-se, como mencionamos anteriormente, um dos principais objetivos da teoria do conhecimento de Locke, que é a de estabelecer os fundamentos para a moral como conhecimento certo verdadeiro tendo a matemática como modelo. Segundo Locke, isto pode acontecer, pois em ambas se dá de maneira necessária a conformidade entre as essências nominal e real, uma vez que, em ambas, elas são a mesma coisa porque podem ser construídas para representar a si mesmas.

Segundo Locke, assim como o matemático considera as propriedades pertencentes às figuras geométricas apenas como estão na ideia, em sua própria mente, quer existam ou não no mundo, do mesmo modo, na filosofia moral, o conhecimento moral se desliga das vidas dos homens e da existência dessas virtudes do mundo das quais tratam para se conformar às próprias ideias e proceder segundo o significado e o acordo entre seus significados. Como ele afirma:

And hence it follows, that moral knowledge is as capable of real Certainty, as Mathematics. For Certainty being but the Perception of the Agreement, or Disagreement of our Ideas; and Demonstration nothing but the Perception of such Agreement, by the Intervention of other Ideas, or Mediums, our moral Ideas, as well as mathematical, being Archetypes themselves, and so adequate, and complete Ideas, all the Agreement, or Disagreement, which we shall find in them, will produce real knowledge, as well as in mathematical Figures (Locke, 1985, p. 565).

Mas se, por um lado, Locke encontra conhecimento real na matemática e na moral [mais como proposta do que como um fato] pela coincidência entre essência nominal e essência real, por outro lado, ele afirma que há uma classe de ideias complexas, que se refere também a arquétipos, no caso, externos, que são as ideias de substância, as quais, contudo, podem diferir de seus arquétipos (Locke, 1985, p. 568). Isto é, segundo Locke, não há necessariamente uma identidade ou conformidade entre as essências nominais das ideias de substâncias, como uma coleção de ideias simples, e as suas essências reais. Pois, assim como o sujeito epistemologicamente pode conhecer diretamente apenas as ideias, ele não tem acesso direto à constituição da essência real das substâncias, mas apenas à essência nominal que é uma construção da mente, da mesma maneira ele não pode também saber da conformidade entre estas duas essências e nem da certeza deste conhecimento. Portanto, neste domínio da física dos corpos, a qual envolve a essência real das substâncias [no sentido de existência], deve-se conviver com a incerteza. Como diz ele:

In substances, wherein a real Essence, distinct from the nominal, is supposed to constitute, determine, and bound the Species, the extent of the General Word is very

uncertain: because not knowing this real Essence, we cannot know what is, or is not of that Species; and consequently what may, or may not with certainty be affirmed of it (Locke, 1985, p. 580).

Portanto, pode-se afirmar que a consequência fundamental destas condições epistemológicas do conhecimento do sujeito das substâncias é que “não há ciência dos corpos” (Locke, 1985, p. 556). Assim, Locke conclui, diferentemente de Descartes, que não podemos falar de conhecimento quando nos referimos à filosofia natural, ao conhecimento dos corpos, como pretende a física, pela simples razão de que não há condição de conhecer as essências reais das substâncias físicas. O que temos são apenas as essências nominais, que são um conjunto de ideias apreendidas por nós de maneira imperfeita e incompleta. E a pura contemplação dessas ideias [abstratas] contidas nesta essência pouco contribuirá na busca da certeza e da verdade. Aqui nos faltam ideias das suas essências reais e não é à razão que cabe nos ensinar sobre elas, mas à experiência (Locke, 1985, p. 644-645). E, sem o conhecimento das essências reais, não teremos conhecimento científico (Locke, 1985, p. 557). E isto leva à afirmação de Locke de que “Certainty and Demonstration are Things we must not, in these Matters, pretend to” (Locke, 1985 p. 557).

Contudo, aqueles que adquiriram familiaridade com os experimentos e observações que são conduzidos de maneira racional e regular, como certamente acontece na ciência newtoniana, principalmente naquela da Óptica, encontram-se melhor equipados para fazer as hipóteses e conjecturas corretas acerca da natureza dos corpos e das suas propriedades desconhecidas do que aqueles que são estranhos a estes procedimentos observacionais e experimentais. Ainda assim, como diz Locke, não podemos esquecer que, “as I have said, this is but Judgment and Opinion, not Knowledge and Certainty” (Locke, 1985, p. 645).

Mas mesmo assim, segundo Locke, pode-se tirar grande proveito deste tipo de informação, obtido por estes experimentos racionais e regulares, tanto para o bem-estar quanto para a saúde, e desta forma aumentar nossos recursos e estoque de informações para as conveniências da vida. A legitimidade desta investigação está, portanto, em que

as faculdades do entendimento sendo dadas ao homem, não apenas para a especulação, mas também para a conduta de sua vida, o homem estaria bastante solto se nada tivesse para orientá-lo a não ser o que tem a certeza do verdadeiro conhecimento. Pois, este sendo muito curto e escasso, [...] [ficaria], na maioria das ações de sua vida, perfeitamente perplexo, se nada tivesse para guiá-lo na ausência do conhecimento claro e certo (Locke, 1985, p. 652).

Na sequência, pode-se concluir com Locke, diferentemente de Descartes, que, uma vez que não existe conhecimento certo dos corpos, não existe conhecimento certo sobre a medicina, visto ser esta baseada no conhecimento dos corpos. Assim, o que podemos ter são apenas experimentos e observações históricas no que diz respeito tanto aos corpos quanto à medicina. E, por isso, elas têm apenas uma função prática ou de apoio à conduta da vida, mas não função de conhecimento. As experiências, ainda que racionais e regulares, não permitem decidir quanto à conformidade da essência nominal com a essência real, pois não nos dão acesso às essências reais e, desta forma, não permitem decidir acerca da verdade ou falsidade das proposições sobre estes assuntos. O mesmo pode ser dito da mecânica, enquanto baseada na física. Portanto, segundo Locke, o projeto cartesiano do racionalismo, quando tem sua teoria do conhecimento substituída pela teoria do conhecimento empirista, em particular a teoria das ideias inatas pela origem empirista das ideias, mas construída ainda de acordo com o racionalismo clássico, deve se contentar em

restringir seu conhecimento certo a apenas dois domínios: àquele da matemática e da moral [como sua proposta]. A árvore do conhecimento de Descartes (Descartes, 1973, p. 779-780) ficou sem seus fundamentos, a metafísica e a física, e, por causa desta, a medicina e a mecânica, por serem baseadas na física.

Desta maneira, pode-se ver que Locke, ao contrário de Descartes e mesmo de Hobbes, salva a moral deste destino de se tornar uma crença ao considerá-la não como assentada sobre a física, mas a ser construída diretamente por analogia com o modelo geométrico. Segundo a proposta de Locke, a moral pode ser construída do mesmo modo que a matemática; a questão aqui é apenas de encontrar um método correto. Agora, o principal ponto que se pretendeu apontar é o papel de Locke no desenvolvimento da tese da degenerescência do programa racionalista. Assim, o domínio do conhecimento proposto pela primeira teoria do conhecimento do programa racionalista vê-se altamente restringido de um conjunto inicial de cinco áreas para um conjunto de apenas duas áreas. Nestes termos é que se pode falar de uma degenerescência das teorias [do conhecimento e racionalidade] do programa racionalista. Um último comentário a respeito da base do conhecimento pretende apontar uma importante diferença deste em Locke com relação à proposta do cartesianismo. Como vimos, a proposta cartesiana da base do conhecimento estava comprometida com uma concepção de sistema para o conhecimento com fundamentos metafísicos. Segundo Descartes, a metafísica ela mesma é conhecimento certo, que proporciona os fundamentos últimos de todo conhecimento através da fundamentação da física, a qual, por sua vez, proporciona os fundamentos para o conhecimento certo na moral, na mecânica e na medicina.

Há assim, em Descartes, uma organização ordenada, integrada e hierarquizada de todo conhecimento como conhecimento certo. O conhecimento começa pela metafísica, a qual estabelece os fundamentos últimos de todo conhecimento e de sua possibilidade. Com ela se estabelece, em primeiro lugar, a condição de possibilidade da física com os seus pressupostos do mundo mecânico tanto em termos de suas entidades e propriedades quanto de suas leis fundamentais. A física estabelece, por sua vez, a base do conhecimento para a moral, mecânica e medicina. Esta organização hierárquica, reducionista, do conhecimento de maneira tão radical não é partilhada pela teoria do conhecimento do empirismo de Locke. Segundo ele, do mesmo modo que Descartes, a base do conhecimento deve ser formada de proposições universais verdadeiras. E o conhecimento delas deve ser com certeza. Contudo, esta base não é, como em Descartes, hierarquizada no sentido de ser uma base última de todo o conhecimento certo. Ao contrário, para Locke, parece que cada domínio pode ter uma base independente da outra. É por isso que não faz sentido falar, em Locke, de base do conhecimento comum a todos os domínios. Locke não compartilharia, assim, de uma concepção reducionista do conhecimento, como Descartes faz com a física mecanicista.

Conclusão

O objetivo do presente artigo foi proceder à reconstrução racional dos principais pressupostos de natureza axiológica, ontológica e epistemológica da teoria do conhecimento de Locke, identificando-a, de um lado, como pertencendo a um conjunto de teorias e modelos acerca da racionalidade e, de outro, como parte de um subprograma do programa racionalista mais amplo, o racionalismo clássico, por partilhar com ele a tese segundo a qual conhecimento é conhecimento certo e verdadeiro. Para tornar operacional esta tese, Locke constrói uma versão empirista da teoria do conhecimento, diferindo, nesse sentido, daquela proposta por Descartes, outro teórico que faz parte e enceta o subprograma racionalista clássico.

Referências

- CHIAPPIN, J.R.N. 1989. *Duhem's Theory of Science: An interplay between philosophy and history of science*. Pittsburgh, PA. Ph.D thesis. University of Pittsburgh, 325 p.
- CHIAPPIN, J.R.N. 1996. Racionalidade, decisão, solução de problemas e o programa racionalista. *Ciência e Filosofia*, 5:155-219.
- CHIAPPIN, J.R.N.; LEISTER, C. 2009. A reconstrução racional do programa de pesquisa do racionalismo clássico sob a perspectiva da abordagem de solução de problemas. *Revista Discurso*, no prelo.
- DESCARTES, R. 1973. *Oeuvres Philosophiques de Descartes. Tome III*. Paris, Édition Garnier, 1152 p.
- DESCARTES, R. 1967. *Oeuvres Philosophiques de Descartes. Tome II*. Paris, Édition Garnier, 1148 p.
- DESCARTES, R. 1963. *Oeuvres Philosophiques de Descartes. Tome I*. Paris, Édition Garnier, 829 p.
- DESCARTES, R. 1947. *La geometría*. Buenos Aires, Espasa-Calpe Argentina S.A., 222 p.
- DUHEM, P. 1962. *The aim and structure of physical theory*. New York, Princeton University Press, 344 p.
- HUME, D. 1972. *Investigação sobre o entendimento humano*. São Paulo, Companhia Editora Nacional/Edusp, 190 p.
- KANT, E. 1988. *Prolegômenos a toda metafísica futura*. Lisboa, Editora 70, 192 p.
- KANT, E. 1964. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 149 p.
- KUHN, T.S. 1978. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, Editora Perspectiva, 257 p.
- LAKATOS, I. 1979. O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica. In: I. LAKATOS; A. MUSGRAVE (orgs.), *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo, Editora Cultrix/Editora Universidade de São Paulo, p. 109-243.
- LOCKE, J. 1973. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo, Editora Abril, p. 139-353.
- LOCKE, J. 1985. *An essay concerning human understanding*. Oxford, Clarendon Press Oxford, 748 p. 748.
- POINCARÉ, H. 1908. *Science et Méthode*. Paris, Flammarion, 314 p.
- POPPER, K.R. 1972 *Lógica da pesquisa científica*. São Paulo, Editora Univ. São Paulo/ Cultrix, 567 p.
- VAN FRAASSEN, B.C. 1980. *The scientific image*. Oxford, Clarendon Press, 235 p.

Submetido em: 02/09/2008

Aceito em: 16/03/2009